

Breves Considerações sobre a Psicanálise na Escola Especial

Suzane Gapski Muzeka

A articulação entre a psicanálise e educação tem seu princípio desde Freud quando observou a possível relação entre esses dois campos. Freud ocupou-se sobre a educação ao abordar as três tarefas impossíveis atribuindo juntamente com o educar, o governar e psicanalisar. Kupfer (2005, in Ribeiro 2014 p.24) diz que impossível não quer dizer que não possa ser realizável e ressalta que Freud foi fundamental para a educação, pois abriu caminho para a reflexão sobre o que é ensinar e o que é aprender.

Ela ainda menciona que o ato de educar está no cerne da visão psicanalítica de sujeito. Pode-se concebê-lo como o ato por meio do qual o Outro primordial se intromete na carne do infans, transformando-a em linguagem. É pela educação que um adulto marca seu filho com marcas de desejo: assim o ato educativo pode ser ampliado a todo o ato de um adulto dirigido a uma criança "... com o sentido de filiar o aprendiz a uma tradição existencial, permitindo que este se reconheça no outro" (Lajonquière, 1997 in Kupfer 2001, p.35).

"Para a psicanálise, o sujeito do inconsciente se constitui na e pela linguagem, sendo, portanto, feito e efeito de linguagem. Desta perspectiva, a linguagem não é instrumento de comunicação, mas a trama mesma de que é feita o sujeito" (Kupfer, 2001, p.28)

É nesse sentido que Lacan ao apontar para o campo da linguagem coloca ser ela que humaniza o homem e assim institui o campo do simbólico.

Para Lacan, discurso é o que faz laço social o que gera uma definição que atrela o falante ao Outro de um modo estrutural. Assim sendo, educar torna-se prática social discursiva responsável pela imersão da criança na linguagem, tornando-a capaz por sua vez de produzir discurso, ou seja, de dirigir-se ao outro fazendo com isso laço social.

Nas palavras de Fleig (in Kupfer 2001 p.33) surge o que Lacan coloca como o inconsciente sendo o social e diz que se o sujeito emerge no ponto de articulação entre seu fantasma e o discurso social, a cuja extensão não está alheio, então é imprescindível incluir a escuta do discurso social na consideração de qualquer ação que vise ao sujeito.

Partindo do pressuposto de que a educação é uma instituição da cultura, e que está alojada no discurso social, Kupfer (2001, p.33), é clara quando ao conceber a educação como uma forma de discurso, menciona que assim pode haver uma ampliação no modo de definir o que é educar.

No que tange à educação especial, Rahme e Vorcaro (2015, p. 181) mencionam que a noção de discurso enquanto estabelecimento do laço social permite: observar o modo como os saberes produzidos em torno de uma infância considerada anormal produzem um lugar institucional e social para essas pessoas; e discutir o quanto o percurso da educação especializada é marcado por uma alternância de significantes-mestres que tendem a cristalizar verdades sobre um sujeito que não é, em sua totalidade, passível de apreensão.

Tomando como ponto de reflexão o público atendido de uma escola especial em que os diagnósticos são marcados por significantes como deficiência Intelectual, autismo, transtorno específico misto do desenvolvimento, entre outros, em casos graves, pode-se pensar que essa representação social incidirá na criança gerando efeitos em seu ser, apesar dos

esforços da sociedade em produzir princípios que regem a igualdade, liberdade e a inclusão social.

Ao considerar o discurso no social é possível articular as ideias de Lacan sobre os quatro discursos também na educação especial. Assim como em toda instituição, na escola especial o discurso regido é o do mestre, pois está submetida às leis e regras. Nesse funcionamento há a produção de um saber em que tudo deve ser submetido à lei. Trata de um discurso universal, e que, portanto, rejeita a dinâmica da verdade do sujeito excluindo o que lhe é de singular.

Sendo assim no contexto escolar especializado se observa esse tipo de discurso nos processos administrativos e protocolos que são realizados e que todos estão submetidos professores, alunos, família, profissionais da saúde e administrativo.

Também há que se considerar as classificações de diagnóstico e as condutas médicas, pois possuem certa relevância dada que diante do quadro comportamental de alguns alunos, é o médico quem sabe qual medicamento será necessário para melhorar o comportamento tão difícil (o que inclui episódios de agressividade e passagens ao ato). Nesse sentido nota-se a presença do discurso universitário. O saber do médico se mostra bastante relevante ao professor que diante um quadro de uma crise de agressividade o primeiro questionamento a ser feito é se o aluno está tomando a medicação adequadamente. Sabe-se que a atuação do médico é importante, porém a necessidade de classificação do diagnóstico e prescrição do tratamento deve transcorrer no âmbito médico.

Na atuação pedagógica o professor encontra-se numa posição de mestre idealizado buscando desenvolver atividades e esperando resultados de seus alunos. Em que para concluir com sucesso seu objetivo é necessário estabelecer regras e ter disciplina em sala de aula. O explorar a sala de aula e a interação

com os colegas são sempre restritos, pois as situações imprevisíveis podem acontecer e o manejo com o aluno se torna difícil e angustiante para o professor, afinal lidar com o grito, choro e a agressão não é fácil. Manter o controle parece ser uma boa palavra de ordem.

Diante das questões mencionadas e considerando os discursos que prevalecem no âmbito da escola especial o que é possível articular sob a ótica psicanalítica? Há que se pensar que diante do discurso da lógica do todo, é possível criar um furo na instituição considerando a existência de um outro olhar, diferente das classificações, dos regimentos, das identificações. Uma abordagem que encontra na articulação do caso a caso a invenção própria do sujeito.

Ao furar a instituição é preciso se colocar numa posição de “saber que busca não saber”, para que o próprio sujeito construa o seu. Este novo olhar, no entanto, não deixa de quebrar um paradigma ao tratar de um discurso em que, o saber está no sujeito que detém a sua meia verdade e não no professor. A questão que se coloca é de como dizer não a uma posição de saber para que o indivíduo construa sua própria enunciação num plano educacional especial.

Diante de um recorte clínico essa questão vai além da reflexão no âmbito pedagógico, e se estende ao terapêutico a partir do momento em que a diferença na atuação passa a se mostrar reveladora. Carlos é uma criança de 6 anos com diagnóstico de autismo. É o aluno que mais exige atenção da professora, pois se mostra agressivo diante dela e dos colegas e na tentativa de controlar o seu comportamento para desenvolver as atividades planejadas a professora o mantém sempre sentado na carteira, apesar das tentativas de saída dele.

Já no atendimento terapêutico individual que realiza semanalmente, o trabalho segue outra via sustentada pela escuta e acolhimento da palavra ou ato da criança. Na sala de atendimento Carlos longe do controle da mestria, se

revela fazendo uso do espaço: mordendo, chupando os brinquedos ou jogando-os no chão, balbucia o tempo todo e se mostra bem ativo andando e explorando os móveis e cantos da sala.

É nesse espaço, a partir da escuta analítica que suas palavras e atos são capturados no campo do sentido e onde será atribuído um valor, uma inscrição significativa. Através do analista, mais especificamente pelo seu desejo enquanto função é que se fornecerão os significantes possibilitando o advir enquanto sujeito.

Nas palavras de Elia (in López, 2010), “a aposta do analista ao tomar as manifestações no campo do sentido, o que equivale a toma-los, os pacientes, no lugar de sujeitos, é uma aposta no devir dos acontecimentos, e não no presente imediato: haverá – poderá haver ou não- o sentido/advirá – poderá advir ou não – o sujeito. Trata-se de um ato do desejo do analista posto em operação, o que deve ser radicalmente diferenciado de uma ação interpretativa e indiscriminada, seja ela precisa ou difusa.

Castro (2020, p. 14) coloca sobre o desejo do psicanalista ao referir o que Lacan, no seminário 6 “O desejo e sua interpretação” propõe enquanto desejo do Outro e o desejo do psicanalista, diz: “O problema da análise é justamente o desejo que o sujeito tem por reencontrar, que é este desejo do Outro, nosso desejo, este desejo que está presente somente no que o sujeito supõe que o demandamos, este desejo se encontra numa situação paradoxal... Como pode esta situação ser sustentada. Ela não pode ser seguramente sustentada senão por meio da manutenção de um artifício que faz parte de toda e regra analítica [...]. O essencial da análise dessa situação em que nos encontramos, ser aquele (o analista) que se oferece como suporte para todas as demandas e que não responde a nenhuma.”

Assim o autor ainda acrescenta o que Lacan aborda sobre a presença do vazio como sendo inerente e necessária ao desejo do psicanalista, e cria o lema:

“Nada desejar para o sujeito/psicanalisante, deixando-o assim a desejar.” Lacan coloca o vazio constitutivo do desejo como a verdadeira mola ética que sustenta a regra fundamental da psicanálise.

No trabalho analítico com o autista ao se emprestar palavras mesmo quando este não fala abre-se à possibilidade que ele seja enlaçado pelo Outro produzindo um apelo.

Partindo dessa ideia em que o autista fala mesmo que sem utilizar as palavras Lopez (2010, p.14) menciona o que vem a ser uma especificidade da função do analista que irá operar a partir de um furo de saber, sustentando o real e dando lugar ao inconsciente.

Sobre o recorte clínico, no decorrer dos atendimentos Carlos vai se mostrando mais calmo, por vezes agressivo, passa a “cutucar” todos os buracos que encontra na sala, e se não é cutucando fechaduras do armário, cantos da mesa e cadeiras entre outros é também tentando preencher os buracos possíveis enfiando os brinquedos, como por exemplo, num tatame enrolado encostado em pé na parede.

O autista apresenta um modo de viver que é tentando se proteger do Outro intrusivo sendo assim é possível se pensar numa atuação psicanalítica que procura estabelecer um laço sendo possível a entrada da criança no discurso.

Lopez (2010, p.17) coloca que para Lacan a criança autista está na linguagem, mas não está no discurso, pois estar no discurso é saber se virar com as diversas formas do laço social que se instalam os seres falantes. E que na lição A função criativa da palavra (1954) afirma que “uma palavra não é palavra a não ser na medida exata em que alguém acredita nela, ou seja, que a palavra é um meio de reconhecimento, e que na medida em que se trata para o sujeito de se fazer reconhecer, um ato é uma palavra”.

Sendo assim para a autora, é possível considerar o ato do autista como sua forma de se fazer reconhecer, ou seja, diante dos atos incompreendidos produzidos, lentamente podem ser direcionados ao analista.

Isso faz pensar em dada situação quando Carlos num gesto de surpresa observa com atenção a analista vibrar os lábios no movimento com o caminhãozinho de bombeiro, se mostra curioso e em seguida tenta explorar a boca da própria analista com interesse. Em outros momentos volta-se a ela oferecendo o caminhãozinho e por vezes esse movimento não deixa de ser acompanhado com certa agressividade.

A partir dessas cenas é possível recordar as palavras de Lacan e que Prado, Anjos e & Estevão (2021, p.26) referem ao dizer que o analista paga para sustentar sua posição e para que aconteça um tratamento possível. Detalham assim: “o analista paga com as palavras, pois é isso o que oferece ao analisante: sua escuta e suas palavras para formular uma interpretação mesmo que sob forma de silêncio e paga com seu corpo que comparece com os ouvidos direcionando sua escuta e com a voz para oferecer sua interpretação. Paga com seu tempo, sua atenção e com sua presença em corpo. Este que de início está lá para dar-se a ver.”

Com Carlos é possível refletir como o corpo da analista pode comparecer sob diferentes aspectos. Seja no primeiro contato quando esta chega à sala de aula convidando-o ao atendimento, seja no deparar-se apenas com ela fora do coletivo, no seu ato, no modo em que se inventa no atendimento, sendo assim toma-se o corpo como um suporte imprescindível para a construção da transferência.

Prado, Anjos e & Estevão (2021, p.24) emprestam as palavras de Lacan ao abordar sobre a posição do analista que trata “daquilo que está no coração da resposta que o analista deve dar, para dar conta do poder da transferência. Essa

posição eu (Lacan) a distingo dizendo que no próprio lugar que é o seu, o analista deve ausentar de todo ideal do analista”.

Oferecer um novo olhar, atribuir um novo lugar à criança diz sobre atuar numa posição que foge à idealização terapêutica e ao conduzir a direção do trabalho analítico com crianças especiais visando à construção do laço transferencial a analista não fica isenta de que ao término do atendimento possa se encontrar descabelada, com óculos lambuzado e a roupa babada. O atendimento não passa despercebido aos olhares dos profissionais do coletivo quando se esbarram no corredor com cadeiras, carteiras retirados da sala, por serem objetos desnecessários ao trabalho.

Estevão & Metzger (in Prado, Anjos & Estevão, 2021, p. 23) comentam sobre o posicionamento de Lacan quando ele diferencia quanto a prática psicanalítica às atuações tradicionais da sua época menciona que “fixar padrões de intervenção para o tratamento engessa as possibilidades de tratamento e é contraditório com a própria psicanálise, na medida em que ela é uma clínica do sujeito do desejo, que é ele mesmo, por sua vez, sempre singular.”

“Na clínica do autismo parte-se de uma aposta – que se sustenta no desejo do analista – de que, ao deixar-se regular pelas construções da criança, o psicanalista pode se fazer parceiro do trabalho que a criança autista já realiza para tentar produzir-se enquanto sujeito.” (Ribeiro, in López, 2012, p.18)

O analista é convocado a contribuir a partir da sua escuta que está sustentada na ética da psicanálise. Uma ética que está pautada segundo Petry (2008) na ideia de que a ação do analista não seja neutro, apático, sem desejo e com um inconsciente sob controle. Para Lacan o que um analista pode oferecer não é um lugar de ideal, nem um marco de realidade, nem um saber, nem um emparelhamento imaginário, nem uma promessa de satisfação de seus desejos, mas um lugar vago, um lugar de plena possibilidade para que apareça ali o desejo como desejo do Outro.

Segundo Castro (2020, p.12) quando Lacan aborda a questão ética da psicanálise ele utiliza quatro expressões: o desejo, o ato, o discurso e o saber do psicanalista o que constituirá numa posição ética sua em qualquer atuação, inclusive no ambiente educacional especial.

Fato que convoca muitas questões sobre a atuação da psicanálise na escola especial e o modo de se fazer presente e atuante junto a outros fazeres que ali circulam. Foram abordadas brevemente algumas articulações possíveis que denotam a sua importância no meio educacional, mesmo diante de muitas dificuldades e resistências. No entanto, através de uma fala proferida por uma querida psicanalista que diz: “Há psicanálise onde há um analista” é possível seguir, pela via do desejo, os meandros do desafio diário e fazer marca da psicanálise na instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, J. E. D. – **O desejo do psicanalista como operador ético da psicanálise**. Factal: Rev. de Psicologia, vol. 32, n. 1, p. 12-20, jan-abr. 2020.
- CASTRO, J. E. D. & FERRARI, I. F. – **O desejo do psicanalista e sua implicação na transferência segundo o ensino de Lacan**. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 2, p. 53-72 , 2013.
- KUPFER, M. C. M. – **Educação para o futuro: psicanálise e educação**. São Paulo: Escuta, 2001, 2ª ed.
- LÓPEZ, A. L. L. – **A escuta psicanalítica de uma criança autista**. Estudos de Psicanálise, Aracaju, n. 34, p.13-20, dez 2010.
- PETRY, P. P. – **A posição do analista: impasses e alternativas**. Estilos da Clínica, vol. XIII, n.25, p. 210-231, 2008.
- PRADO, C. E. D. A., ANJOS, F. M. D. & ESTEVÃO, I. R. – **A presença do analista: lugar e função do corpo do psicanalista em diferentes contextos de atuação**. Ágora, Rio de Janeiro, vol. XXIV, n.2, mai-ago 2021.

- RAHME, M. M. F. & VORCARO, A. M. R. – **Interrogações sobre o lugar do sujeito no delineamento de uma educação especializada.** Educação, vol. 38, n. 2, p. 177-184, maio-ago. 2015.